



2803373

08122.000672/2020-01



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
SERVIÇO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

OFÍCIO Nº 1/2021/SEGAT - CR-LISE/DIT - CR-LISE/CR-LISE/FUNAI

Itanhaém - SP, 27 de janeiro de 2021.

Senhor Maurício Maranhão
Presidente do Conselho Municipal da Cidade - Peruíbe/SP
Rua Nilo Soares, 50 - Centro.
CEP: 11750-000. Peruíbe/SP
conselhodacidadeperuibe@gmail.com, mauricio.gpam@gmail.com

Assunto: Revisão do Plano Diretor do município de Peruíbe/SP

Referência: **Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08122.000672/2020-01.**

Prezado Presidente do Conselho Municipal da Cidade,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, trato do processo de revisão do Plano Diretor de Peruíbe/SP, especialmente no que se refere ao resguardo dos direitos dos povos indígenas que residem dentro dos limites deste município.
2. O teor deste processo de revisão do Plano Diretor tem sido discutido no âmbito do CONDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) contando, entre outros, com a participação do senhor, do conselheiro representante da Funai, o servidor Fernando Macena de Lima e do conselheiro Renan dos Santos, representante da comunidade indígena.

3. Neste contexto, apresentamos neste ofício considerações a respeito do macrozoneamento proposto com base na Minuta de Projeto de Lei (2711351) além de sanar dúvidas sobre a demarcação da Terra Indígena Piaçaguera conforme debatido nas reuniões do CONDEMA.

3.1. No texto de Minuta de Projeto de Lei, constam as Terras Indígenas na Macrozona de Proteção Ambiental conforme texto do artigo 94: 'A Macrozona de Proteção Ambiental é caracterizada por: I - Compreender diversas unidades de conservação de proteção integral e/ou terras indígenas homologadas, sob jurisdição de outras esferas administrativas.'

3.2. No mapa de Macrozoneamento (2711361), não é possível visualizar os limites da Terra Indígena Peruíbe, apenas infere-se que ela se encontra dentro da Macrozona de Proteção Ambiental com parte de seu território em sobreposição ao Parque Serra do Mar. No caso da Terra Indígena Piaçaguera, infere-se que ela se encontra dentro da Macrozona Rural de Desenvolvimento Sustentável com aparente trecho em sobreposição à Zona Especial de Interesse Turístico da Estância Santa Cruz.

3.3. Sendo assim, com o objetivo de eliminar quaisquer dúvidas sobre o papel das Terras Indígenas dentro do Macrozoneamento e considerando a especificidade jurídica, cultural e territorial destas áreas conforme artigo 231 da Constituição Federal: 'No caso das Terras Indígenas, são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam' e o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão e conservação de seus territórios conforme resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (Decreto 10.088/ 2019), solicitamos que seja estabelecida Macrozona própria para as Terras Indígenas, nomeadamente: TI Peruíbe - homologada através de decreto sem número de 17/05/1994 e Terra Indígena Piaçaguera homologada através de Decreto de 29 de Abril de 2016. Assim, os limites destas Terras Indígenas devem constar nos mapas de macrozoneamento. Estes limites já constam no material de apoio do processo de revisão do Plano Diretor. De toda forma, indicamos o link <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento> onde podem ser adquiridos mapas, shapes e arquivos kml.

4. A respeito da situação fundiária da Terra Indígena Piaçaguera, foi solicitado pelo senhor informações atualizadas visto que a homologação da área estava sendo contestada judicialmente. Neste sentido, encaminhamos em anexo cópia da ata de julgamento do processo pelo plenário do Supremo Tribunal Federal negando provimento ao agravo no âmbito do Mandado de Segurança 34.250 impetrado pelo espólio de Leão Benedito de Araújo Novaes (2808243). O inteiro teor da decisão pode ser verificado através do link <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344718742&ext=.pdf> . Também encaminhamos em anexo o registro desta Terra Indígena no cartório da comarca de Peruíbe. (2808260)

4.1. Sendo o que havia para este momento, nos colocamos à disposição para maiores contribuições.

Anexos: I - Minuta de revisão do Plano Diretor (SEI nº 2711351).
II - Proposta de Macrozoneamento (SEI nº 2711361).
III - Extrato de ata - STF (SEI nº 2808243).
IV - Registro da Terra Indígena Piaçaguera em cartório (SEI nº 2808260)

Atenciosamente,

*(Assinado Eletronicamente)***NOME DO ASSINANTE**

Cargo do Assinante



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Cortez de Sousa, Coordenador(a) Regional**, em 29/01/2021, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2803373** e o código CRC **9FA34084**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08122.000672/2020-01

SEI nº 2803373

Avenida Condessa de Vimieiros, 700, - Bairro Centro
CEP 11740-000 Itanhaém - SP (13) 3427-5602 - <http://www.funai.gov.br>